

## - XVIII -

### **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E POBREZA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA – TO A PARTIR DO IDEB**

**Maria das Graças Aires de Medeiros Andrade**  
Universidade Federal do Tocantins – Brasil  
e-mail: andrade.mgraca@gmail.com

**Juciley Silva Evangelista Freire**  
Universidade Federal do Tocantins – Brasil  
e-mail: jucy@mail.uft.edu.br

#### **Introdução**

Este trabalho apresenta resultados preliminares da investigação que integra a pesquisa de Mestrado em Educação em andamento: “Políticas educacionais e qualidade da educação: reflexões sobre educação e pobreza em escolas da rede municipal de Araguaína – TO”. O estudo tem como problema: a pobreza tem impacto nos resultados do IDEB e se este fato é considerado ou não pelas políticas educacionais do município de Araguaína?

O objetivo geral desta pesquisa é conhecer como se manifesta a relação entre as políticas educacionais municipais de Araguaína - TO com a população em situação de pobreza. Para tal propósito, temos como objetivos específicos: identificar e selecionar as escolas municipais com maior número de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família; relacionar os resultados do IDEB dessas escolas selecionadas com as condições socioeconômica e organizacionais de oferta da educação; caracterizar o que é qualidade na educação com as condições socioeconômicas; analisar o impacto dessas condições para a qualidade da oferta educacional à população em situação de pobreza.

A metodologia consiste, a princípio, em mapear as escolas que participaram do IDEB nas edições de 2011 a 2015, utilizando como fonte o site QEdu, e em levantar a população beneficiária do Programa Bolsa Família do município, através do documento “Sistema Presença - Informação de Frequência Escolar PBF”, cedido pela Secretaria do Trabalho e Ação Social de Araguaína. Para o embasamento teórico, utilizaremos da pesquisa bibliográfica para caracterizar a relação educação e pobreza e o direito à educação de qualidade de todas as crianças e jovens, definindo o que é qualidade na educação e sua relação com as condições socioeconômicas da população a que atende. E por fim, far-se-á uma pesquisa de campo em três escolas da rede municipal de Araguaína – TO, que oferecem o Ensino Fundamental,

anos iniciais (1º ao 5º ano), tendo como referência o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) por ser este o índice que o MEC (Ministério da Educação e Cultura) utiliza com indicador da qualidade da educação no Brasil. As escolas escolhidas são unidades que não atingiram a meta municipal do IDEB (5,4) e que possuem alunos beneficiários do Programa Bolsa Família.

## Desenvolvimento

No Brasil, o tratamento exclusivo para a educação acontece a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. O artigo 6º consagra o direito à educação como um direito social. Até então negligenciou-se a educação dos brasileiros, principalmente no que se refere aos mais excluídos socialmente, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais no país e para a manutenção da pobreza daqueles que têm sido mantidos à margem dos direitos sociais, ao direito de uma educação de qualidade.

Dentre as ações efetivadas pelo Governo Federal nos últimos 20 anos no enfrentamento à pobreza e na garantia de direitos sociais, aí incluso a educação, encontra-se o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9/01/2004, no 1º mandato do governo Lula, que tem como beneficiários “unidades familiares que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza” (Art. 2º, inciso I) e que promulga no art. 3º a concessão de benefícios. No caso da educação, essa está atrelada à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular

No segundo mandato do governo Lula (2007-2010), instituiu-se reformas em todo o sistema educacional brasileiro, especialmente no ano de 2007. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciado em 15 de março de 2007 pelo então ministro da Educação Fernando Haddad, introduziu 30 ações, dentre elas destaca-se a criação do IDEB pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia do Ministério da Educação (MEC), que passa a ser o principal indicador para monitorar a qualidade da educação básica no Brasil (PDE, 2007).

O IDEB combina informações de desempenho obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio), em exames padronizados (Prova Brasil/Saeb), com informações sobre rendimento escolar (taxas de aprovação) (INEP, 2007).

Se para o MEC o IDEB é um indicador de qualidade de ensino no Brasil, para alguns estudiosos, entre eles Camargo, Pinto e Guimarães (2008, p. 832), “Falta ao IDEB uma dimensão que leve em conta os insumos educacionais (qualificação dos professores, recursos colocados à disposição dos alunos etc.)”, o que impossibilita somente tê-lo como indicador de qualidade de educação.

Em que pesem as críticas a esse instrumento da política educacional, e concordamos com elas, o IDEB é uma realidade, e é através de seus resultados que se traçam metas e se cobram responsabilidade social em prol de uma educação de qualidade.

## Breve panorama de Araguaína em relação ao IDEB

Araguaína é a 2ª cidade de relevância econômica e populacional no Estado do Tocantins, o mais novo Estado brasileiro, criado pela Constituição de 1988, localizado na Região Norte do Brasil. O município possui uma população estimada para 2017 de 175.960 habitantes, em 2015 o PIB per capita foi de R\$ 20.225,43 (IBGE, 2017). O número de alunos matriculados pelas redes pública e privada, de ensino fundamental, anos iniciais, no ano de 2016, foi de 25.941 distribuídos em 139 escolas. Destes, 9.812 são alunos da rede municipal, em 70 escolas (QEDU, 2017).

Ainda conforme o site QEDU (2017), as escolas que participaram do IDEB nos anos de 2011, 2013 e 2015 perfazem um total de 21, todas urbanas. No decorrer desses anos, 5 alcançaram a meta 6,0, meta estipulada pelo MEC para 2021; 6 alcançaram a meta estabelecida pelo município; 10 não atingiram a meta municipal. Ressalta-se que as metas estabelecidas para o município foram: 2011: 5,0; 2013: 5,4; e 2015: 5,4 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017).

No que se refere ao total de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família em toda rede escolar do município, em 2011, eram 11.707 alunos; 2013: 12.764; e 2015: 11.396 (SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, 2017).

Diante desse contexto, as três escolas municipais escolhidas estão entre as que não atingiram a meta municipal do IDEB e com maior percentual de alunos beneficiários do Bolsa Família, portanto alunos em situação de pobreza.

## Conclusões

Esta pesquisa ainda está em seus momentos iniciais, metodologicamente ainda se encontra no levantamento de dados para dar sustentação ao objetivo que é conhecer como se manifesta a relação entre as políticas educacionais municipais com a população em situação de pobreza. Assim como o Brasil, Araguaína - TO é uma cidade rica, mas com um grande percentual de famílias pobres.

Até então o que podemos inferir é que os números divulgados do IDEB pelos órgãos governamentais não revelam de forma realística se o que as nossas crianças recebem é uma educação/ensino de qualidade, pois os componentes para compor esse índice são o fluxo escolar e os resultados da Prova Brasil/SAEB.

Sendo assim, como podemos inferir se a pobreza tem impacto nos resultados do IDEB e se este fato é considerado ou não pelas políticas educacionais do município de Araguaína? É o que se pretendemos investigar.

## Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo: Mandamentos, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas – PDE**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 6 dez. 2017.

CAMARGO, Rubens B. de; PINTO, José Marcelino de R.; GUIMARÃES, José Luiz. Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n.135, Dez/2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742008000300014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742008000300014&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

IBGE. **Araguaína**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, 2007. (Série Documental. Texto para Discussão: 26)

QEDU. **Ideb – Araguaína**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/3471-araguaina/ideb>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SECRETARIA DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL. **Sistema Presença - Informação de Frequência Escolar PBF**. 11 dez. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Indicadores por localidade**. Disponível em: < [http://www.todospelaeducacao.org.br/index.php?option=indicador\\_localidade&task=main](http://www.todospelaeducacao.org.br/index.php?option=indicador_localidade&task=main)>. Acesso em: 10 dez. 2017.